

REVISTA DE HISTÓRIA DAS IDEIAS 18

HISTÓRIA • MEMÓRIA • NAÇÃO



INSTITUTO DE HISTÓRIA E TEORIA DAS IDEIAS
FACULDADE DE LETRAS

COIMBRA 1996

RECENSÕES CRÍTICAS

Juan B. Vilar — *Intolerância y libertad en la España contemporánea. Los Orígenes del Protestantismo Español Actual*, Madrid, Ediciones Istmo, 1994.

Esta obra, prefaciada por Raymond Carr, é um trabalho importante pela luz que nos transmite sobre a luta travada no país vizinho pela conquista da liberdade religiosa. Sólido estudo apoiado em inúmeras fontes de vários arquivos que o autor percorreu, o livro permite-nos entender a estratégia dos evangélicos britânicos, franceses e alemães para introduzir, em Espanha, um cristianismo tolerante e pluralista. Por outro lado, não deixa de explicar a reacção católica espanhola contra o "veneno" do protestantismo que, através dos seus agentes, se infiltrava na sociedade espanhola. Através da *British and Foreign Bible Society*, a Igreja anglicana oficial estava bem representada, mas o mesmo acontecia com os calvinistas franceses de Paris e Pau e com os presbiterianos da *Spanish Evangelization Society*. Contudo, o principal esforço missionário partiu das Igrejas e seitas dissidentes do anglicanismo. Como Vilar mostrou, a ofensiva protestante sobre a península ibérica manifestou-se de duas maneiras: uma indirecta, consistindo na difusão, encomendada a colportores, da Bíblia em castelhano; a outra, de maneira directa, mediante a actividade desenvolvida por missionários evangelistas cujos esforços se centravam na conversão pessoal dos ouvintes mediante um processo de reflexão. Nesta linha, os cristãos não católicos procuraram criar sempre comunidades reformadas. Para estes aventureiros da religião, a Espanha exerceu sempre uma grande atracção, em virtude das dificuldades que levantava, à livre iniciativa religiosa. Bastião de uma

concepção antiprotestante do cristianismo estimulava a acção dos militantes de outras confissões religiosas que, nem sempre, compreenderam a psicologia dos espanhóis e a sua maneira de agir. De qualquer modo, convém referir que, não obstante a adesão de muitos cidadãos de Espanha ao protestantismo, muitos dos quais passaram pelo cárcere e pelo desterro, o protestantismo espanhol foi um fenómeno de importação tal como aconteceu com o cristianismo reformado em Portugal.

Gibraltar funcionou como uma excelente base de operação para os evangélicos britânicos que, a partir daí, inundavam a Espanha com publicações de vária ordem. A Igreja Espanhola Reformada encontrou o seu ponto de apoio principal no rochedo, dominado, como se sabe, pelos ingleses. Devido à proximidade, a Andaluzia foi influenciada pelo protestantismo estrangeiro. Málaga, Cádiz e Sevilha tinham importantes colónias de estrangeiros e, por isso, estabeleciam-se outros cultos e práticas religiosas. Málaga assumiu o principal protagonismo nesta difusão religiosa: contou com o primeiro cemitério evangélico autorizado em Espanha e dispôs, no decurso do tempo, da melhor organizada comunidade espanhola reformada até à liberdade religiosa de 1869. O catolicismo andaluz pouco intelectualizado, rotineiro e nem sempre bem assistido, no domínio pastoral, facilitou os progressos do protestantismo nesta região de Espanha. Frágil, revelou-se vulnerável às investidas dos militantes evangélicos espanhóis que procuravam, sobretudo, exercer influência sobre o campesinato e as classes mais pobres dos meios urbanos. Nas regiões onde o catolicismo estava mais arraigado — Castela, Leão, País Basco, Navarra, Catalunha, Madrid e mesmo na Galiza e nas Astúrias, o cristianismo reformado teve escassa aceitação. A Igreja católica era a confissão institucional da Espanha liberal. Moderados e progressistas pensavam que a propaganda protestante apenas criaria a divisão de opiniões entre os espanhóis. Por isso, defendiam a unidade religiosa como a melhor forma de preservar a coesão possível entre o povo. Por seu lado, a reacção da Igreja não deixou de ser violenta perante os propagandistas protestantes em geral. Daí, as inúmeras pastorais e o uso do sermão como meio de combate ao protestantismo. Por seu lado, o baixo clero recriminava os governantes a respeito de alguma tolerância com os dissidentes. Apesar disso, sabemos que o poder político reprimiu, como pôde, o protestantismo e os seus agentes. Juan B. Vilar apresenta-nos, neste excelente trabalho, a geografia do protestantismo espanhol o qual, perante o enraizamento

do catolicismo e devido à ausência de liberdade religiosa não logrou alcançar grande projecção. Segundo o autor, o protestantismo oitocentista foi, em certa medida, uma religião de marginalizados. Com excepção de algumas localidades litorais, onde a influência estrangeira se fazia sentir e onde a cristalização dos grupos sociais era uma realidade, o fenómeno protestante acabaria por ser mais rural que urbano. Por seu lado, o autor mostra-nos que os intelectuais de meados do século, ou eram católicos, ou viviam separados em posições próximas do agnosticismo. Entre 1864 e 1870, os professores krausistas romperam com o catolicismo liberal, mas não aderiram ao protestantismo.

Como Juan B. Vilar mostrou, o Estado confessional estava empenhado em manter a ortodoxia doutrinal e, por isso, ela foi levada ao lugar de verdadeiro dogma político. Neste quadro, a Igreja mantinha uma poderosa influência sobre a sociedade e a própria identidade nacional se escudava na unidade religiosa. Perante isso, o combate pela liberdade de consciência, em Espanha, foi extremamente difícil. De qualquer modo, cremos que havia uma estratégia protestante para a Península Ibérica que se traduziu num reforço da presença inglesa nos dois países. Todavia, os resultados dos esforços protestantes foram sempre modestos. A hostilidade do clero e a oposição de um ambiente popular que se revia no velho catolicismo eram obstáculos de monta. Apesar disso, entre 1812 e 1868, um punhado de esforçados propagandistas protestantes questionou a prática do catolicismo e lançou o estímulo sobre milhares de padres católicos contribuindo, assim, para o reavivamento da Igreja espanhola. Os focos de anglicanismo apenas existiam em Cádis, Sevilha e Madrid. A necessidade de boas relações diplomáticas e políticas com a Espanha impediu os anglicanos de se lançarem na evangelização dos espanhóis. Por isso, a opção recaiu em meios indirectos como a divulgação de literatura acatólica. Assim, a *Spanish Evangelization Society* foi a única sociedade britânica a dedicar-se inteiramente à obra espanhola. O catalão Francisco de Paula Ruet seria com Borrow, Graydon e Rule uma das quatro personalidades que mais se destacaram no obra reformista na Espanha contemporânea. Depois de pressionado pelos católicos com vista a uma eventual conversão religiosa, aquele protestante, acabaria por ser condenado a desterro perpétuo. Apesar disso, a Andaluzia e a Catalunha eram as regiões onde a influência protestante era maior, embora Madrid também fosse objecto das atenções do evangelismo

internacional. Portanto, se a base do protestantismo espanhol era a Andaluzia havia outros focos de cristianismo reformado, embora muitos dos seus membros vivessem na clandestinidade. De qualquer modo, o biênio de 1854-1856 veio permitir uma reactivação da propaganda protestante e trouxe consigo a esperança da liberdade religiosa e da tolerância para o país vizinho. Segundo Juan B. Vilar, em 1855, funcionava na capital espanhola um *Comité para o Fomento da Evangelização em Espanha* e a *Spanish Evangelization Society*, a *Bible Society* e a *Religious Tract Society* desenvolveram uma grande actividade na capital espanhola. Nas localidades próximas existiam grupos afectos à reforma, polarizados em figuras como a de Luís Usoz que lutavam pelo reformismo religioso.

Se tivéssemos que dividir geograficamente a Espanha, como o nosso autor o fez, teríamos que ter em atenção o flanco setentrional do país que surgia como uma das mais sólidas plataformas do catolicismo peninsular e uma retaguarda mediterrânica, menos enquadrada pelo clero paroquial e mais permeável às influências protestantes. Mas, mesmo naquela região, a existência de comunidades estrangeiras nas cidades portuárias de Vigo e Corunha era suficiente para a expressão de manifestações religiosas heterodoxas. No país Basco também se fazia alguma propaganda protestante, embora a aceitação da literatura acatólica fosse diminuta. Apesar disso, havia um anticlericalismo inequívoco que, muitas vezes, andava de mãos dadas com o protestantismo sempre muito antijesuítico. Os papéis de José Alhama, Matamoros e Cabrera foram decisivos para o enraizamento do cristianismo reformado em Espanha. Daí que estes líderes do protestantismo tivessem sido vítimas da repressão do Estado católico pressionado pelos sectores integristas da Igreja.

O livro de Juan B. Vilar assume, para nós, maior significado pelas referências feitas ao cristianismo reformado em Portugal. Na verdade, o autor sublinhou o papel de Robert Kalley no arranque do protestantismo na ilha da Madeira, nos finais da década de 30 do século passado. Conforme a sua análise, o médico escocês estaria ligado à corrente renovadora ou revivalista do presbiterianismo e teria sido, a essa luz, que desenvolvera o seu trabalho evangélico junto dos madeirenses. Pondo em destaque a sua ligação à Igreja Livre da Escócia relevou a criação da primeira comunidade protestante portuguesa, a Igreja Presbiteriana do Funchal. Porém, não deixou de apontar a repressão das autoridades da ilha sobre os protestantes nacionais que levaria à liquidação da Igreja e à dispersão dos seus

membros nos Estados Unidos, Brasil e Trindade. Os que permaneceram na Madeira só voltaram a reagrupar-se, em 1875, quando a tolerância religiosa liberal surgiu. Na realidade, o presbiterianismo madeirense estaria na origem do protestantismo português, pois, na mesma época assistia-se, em Lisboa, aos esforços do espanhol Gomez y Togar no sentido da criação de uma comunidade protestante, facto que viria a acontecer. Para além disso, o autor não esqueceu o espanhol, naturalizado americano, Angel Herreros de Mora que trabalhou em Lisboa e que teria publicado, em Nova Iorque, um livro intitulado a *Iglesia de Jesús-Cristo en Espanha* no qual teria defendido teses cismáticas. Antigo padre dominicano, Mora secularizou-se e, com a sua esposa, veio para Espanha, no biénio progressista de 1854-1856, onde fez propaganda protestante e participou na vida política. Em 1867, foi enviado a Portugal como responsável de uma comunidade aberta em Lisboa dando-lhe novo impulso. No entanto, devido à repressão, foi forçado a viver na clandestinidade durante algum tempo. Como, em 1869, a nova Constituição espanhola garantiu a liberdade religiosa os espanhóis residentes em Lisboa encontraram-se com o embaixador Fernandez de los Rios. Depois de algumas conversações com as autoridades portuguesas e de uma exposição assinada por 304 cidadãos foi autorizado o estabelecimento, na nossa capital, de uma Igreja Evangélica Espanhola. À sua frente foi colocado Herreros de Mora, presbítero da Igreja protestante Episcopal dos Estados Unidos. Apoiado pela Espanha e pelos Estados Unidos e com a ajuda económica deste último país criou um novo templo (1870), onde procedeu a actos religiosos assistidos, em geral, por cerca de 200 fiéis (espanhóis e portugueses). Na primeira sessão do novo edifício da Igreja teve lugar a abjuração do catolicismo do sacerdote português João José da Costa Almeida, ex-capelão da marinha portuguesa. Em 1871, um outro padre português abraçou a Reforma, o reverendo Henrique Ribeiro de Albuquerque. Dirigida por Herreros, a Igreja Evangélica Espanhola progrediu. A ela aderiram muitos portugueses alguns dos quais se naturalizaram espanhóis para não serem incomodados pelas autoridades nacionais. Juan B. Vilar conclui que, quando Angel Herreros de Mora morreu (Maio de 1876), dirigia, como bispo, uma comunidade de 512 membros e contava com uma escola e com outros serviços de beneficência. A congregação estava federada à Igreja Episcopaliana dos Estados Unidos. Como bem referiu o nosso autor, o modelo eclesiológico das comunidades reformadas andaluzas

consistiu, quase sempre, nas "Igrejas Livres" e nas "Igrejas do Povo", embora isso provocasse uma certa dispersão organizativa e religiosa. Daí a criação da Igreja Espanhola Reformada inicialmente em Gibraltar sob a direcção de Francisco de Paula Ruet. O grupo de Manuel Matorros, exilado em França e na Suíça, defendeu sempre o ecumenismo argumentando que a ligação a uma Igreja ou a uma seita determinada seria um facto negativo para os interesses gerais do Evangelho em Espanha. Estas "Igrejas Livres" baseavam-se na autoridade da Bíblia e no sacerdócio universal dos crentes. Os restantes elementos doutrinários inspiravam-se na linha presbiteriana-metodista com contribuições da teologia calvinista. Estas doutrinas aparecem nos manuais e catecismos publicados para uso interno sobretudo em Málaga. A presença de uma linha reformista de ex-sacerdotes como Juan Bautista Cabrera, Luís Fernandez, Antonio Soler, Celedonio Martinez, etc. determinou uma viragem, antes de 1868, iniciando-se um movimento muito mais próximo da sensibilidade romanista do povo espanhol. Com Cabrera e o seu grupo, ligado finalmente a posições episcopalistas muito próximas da Igreja de Inglaterra e ao próprio catolicismo romano regressava-se, em certa medida, ao ponto de partida.

Cabrera aderiu à Igreja Espanhola Reformada e relacionou-se com os seus principais líderes. Apropriando-se da Igreja internamente revelou uma actividade infatigável através do trabalho religioso, da correspondência com os exilados e da sua obra literária. Regressado da Inglaterra, reuniu a assembleia da Igreja Espanhola Reformada. Daí saiu um Consistório Central da Igreja Espanhola Reformada sob a presidência de Juan Bautista Cabrera e com Manuel Hernandez como secretário. A sua intenção era a de criar uma Igreja una, facto que viria, em certa medida a acontecer. Cabrera passou a ser o líder da Igreja Espanhola Reformada até 1880. Impondo-lhe as suas regras disciplinares e litúrgicas, as suas formas culturais e o regresso a um catolicismo primitivo, procurou aproximar a Igreja da população. Naquela data abandonou, com uma parte dos seus efectivos, a Igreja Espanhola Reformada para constituir a Igreja Reformada Episcopal, de que foi primeiro bispo até à sua morte, em Maio de 1916. Nesta fase não deixou de colaborar com a Igreja Lusitana Evangélica, muito semelhante à Igreja de Cabrera uma vez que também era uma Igreja episcopal, embora não tivesse um bispo reconhecido pelos anglicanos.

Esta incursão pelo interior do texto de Juan B. Vilar, não nos fez esquecer o rigor da análise da sua obra, o grande apoio nas fontes impressas e manuscritas, a isenção do historiador na apreciação dos

principais eventos e a riqueza da informação que nos transmite. Estamos, assim, na presença de uma obra indispensável para o conhecimento da história do protestantismo e do antiprotestantismo do país vizinho, afinal tão próxima da nossa. De facto, de um e do outro lado da fronteira as imposições do catolicismo, como culto oficial, impediam a liberdade religiosa sempre importante. Daí a luta comum pela liberdade de pensamento. Só que, na realidade, as minorias religiosas foram, nos dois países, vítimas da intolerância do poder político ou das igrejas maioritárias. A estratégia protestante também nem sempre soube adaptar-se aos condicionalismos históricos dos países da península ibérica. Cremos que os britânicos não entenderam a especificidade das culturas das respectivas nações e desvalorizaram as suas identidades culturais ao actuarem da mesma maneira em Portugal e em Espanha. Seja como for, as sementes do protestantismo tinham sido definitivamente lançadas à terra chegando o seu fruto aos nossos dias mesmo que a sua história não tivesse sido brilhante nos dois Estados. Aliás, a historicidade do catolicismo romano, a unidade religiosa das nações, a hegemonia das religiões oficiais no século XIX, o apoio material do Estado ao culto e o baixíssimo nível cultural das populações não permitiam o surgimento do pluralismo religioso, nem a diversidade das manifestações da fé.

Vítor Neto

Luis Nuno Rodrigues — *A Legião Portuguesa. A milícia do Estado Novo (1936-1944)*, Lisboa, Editorial Estampa, 1996, 213 p.

Integrada na colecção "Histórias de Portugal", a Editorial Estampa publica mais uma obra resultante da adaptação de uma dissertação de Mestrado (Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Março de 1995). Antes de mais, creio ser de pôr em destaque que o texto produzido por Luís Nuno Rodrigues, sob a orientação do Prof. Doutor Fernando Rosas, ajuda a confirmar três ideias relevantes: a possibilidade de elaboração de um discurso objectivante (mais caracterizador e explicativo do que valorativo) sobre temas de história recente; os elevados níveis de produtividade e rentabilidade que podem alcançar as unidades de